

Articulação social para enfrentar a exclusão digital

Pedro Jacobi (USP)

Artigo

Introdução

A escolha do Comitê para a Democratização da Informática se assenta na importância dessa experiência como referência de atuação da sociedade civil no combate a uma forma de exclusão que se soma às exclusões sociais já existentes, a exclusão digital.¹

O CDI representa uma experiência que aposta na inclusão tecnológica como uma forma de promover a equiparação de oportunidades no acesso às novas tecnologias digitais de comunicação. Articulado com o fomento ao desenvolvimento de práticas de fortalecimento de cidadania, tem como premissa de sua atuação o fortalecimento de parcerias que ajudem a integrar os excluídos da era digital.

A centralidade que assumem hoje as tecnologias de informação e comunicação nas sociedades contemporâneas está no cerne de uma experiência com as características do CDI. O tema da inclusão digital representa nos dias de hoje uma preocupação crescente de fazer com que as populações mais carentes e excluídas tenham acesso às tecnologias de informação e comunicação.

¹ Este trabalho foi desenvolvido dentro do Projeto Parcerias, Pobreza e Cidadania, parte componente do Programa Gestão Pública e Cidadania da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, com o apoio do Banco Mundial. O objetivo é dar maior visibilidade às experiências que representam importantes contribuições para a redução da pobreza e da exclusão social, enfatizando o papel das alianças como importante vetor de mudança e desenvolvimento social, e seu alcance no fortalecimento das bases para uma cidadania mais ativa e plural.

A desigualdade na distribuição de computadores reflete o *apartheid* social brasileiro, na medida em que, segundo dados do Banco Mundial, apenas 26 em cada mil brasileiros possuem computador e, dos mais de cinco mil municípios brasileiros, menos de 300 (6%) contam com a infra-estrutura mínima necessária para que possam ser instalados serviços locais de acesso à Internet.

Os recursos da informática ainda não são disponíveis a todos os brasileiros. Os dados do último censo revelam que a cada grupo de 100 mil habitantes apenas 10 são usuários de informática.

A experiência do CDI mostra as possibilidades que se abrem no enfrentamento da segregação tecnológica, destacando-se a multiplicação de solidariedades e alianças, a formação gradual de uma comunidade digital entre os excluídos e os diferentes processos de ressocialização e ampliação da cidadania.²

Antecedentes e implantação do CDI

Os números impressionam e refletem o alcance da experiência do CDI, considerando-se a sua curta existência. No Brasil existem atualmente (maio de 2002) 34 CDIs regionais, com 440 Escolas de Informática e Cidadania (EICs) atuando em 35 cidades de 19 estados brasileiros. No exterior, já estão implantados CDIs em nove países, somando 39 EICs.

O Comitê pela Democratização da Informática, sediado no Rio de Janeiro, constituiu-se como ONG em 1995, tendo à frente o consultor de informática Rodrigo Baggio, que em 1993 idealiza e implementa um serviço de correio eletrônico e de conferências funcionando em um computador pessoal (BBS) denominado “Jovem Link”. A principal motivação era que ajudasse a promover um diálogo entre os moradores da favela e os moradores da classe média, mas isso não ocorreu. Tratava-se de uma tentativa de

² Meus agradecimentos muito especiais a todos os integrantes da equipe do CDI no Rio de Janeiro e em São Paulo, que me acolheram tão cordialmente, e aos instrutores de Mangueira, Morro de São Carlos e Instituto Philipe Pinel, que me possibilitaram conhecer experiências que refletem a vontade de reduzir diferenças e estigmas e fortalecer a inclusão digital.

utilização de tecnologias de comunicação e informação que funcionasse como uma “ponte social digital” e como um espaço de construção de cidadania para os excluídos do acesso ao uso de computadores. O desafio que se colocava era então de criar os meios de acesso a essa tecnologia para os jovens de comunidades de baixa renda; em 1994 criou-se por meio da BBS a campanha “Informática para todos”, que rapidamente consegue apoios. Baseada num corpo-a-corpo com empresários para obter doações de computadores, a campanha contou com a parceria de ONGs que dispunham de espaço físico para acolher os equipamentos doados, possibilitando que os computadores chegassem aos seus destinatários nas favelas do Rio de Janeiro.

Entretanto, apesar da multiplicação das doações, verificou-se que grande parte dessas eram equipamentos muito dilapidados – lixo tecnológico. Isto gerou a necessidade de atrair voluntários dispostos a recuperar os computadores a serem doados às comunidades. Mas faltava um elo no processo, o componente educativo. Embora as comunidades sentissem o impacto positivo das doações, verificou-se que estas poderiam ter um uso muito mais produtivo se fosse acompanhado de uma prática pedagógica que efetivamente gerasse mudança qualitativa no seu universo de exclusão, particularmente na exclusão digital. Assim surgiu a idéia de criar Escolas de Informática e Cidadania. A iniciativa estava baseada na premissa de que era necessário criar uma nova cultura, reforçando a importância de um novo segmento no mercado social, arrecadando computadores para serem repassados a entidades assistenciais e escolas carentes, recrutando voluntários para a manutenção das máquinas e treinando usuários. Definia-se, portanto, uma proposta de tecnologia social.

A premissa para a constituição dessas escolas era investir na capacidade das próprias comunidades, criando maiores oportunidades para as crianças e os adolescentes, muitos deles em situação de risco social, e possibilitando um acesso que as famílias e comunidades não tinham. O próximo passo era então desenhar um modelo que pudesse ser multiplicado nas favelas e comunidades carentes, centrado em dois alicerces: acesso à informática e cidadania. Era importante que estivesse baseado

numa lógica que não reforçasse a tutela e incrementasse os estímulos à co-responsabilização. Para construir gradualmente esse modelo de empreendimento social “auto-sustentado e autogerido” era necessário encontrar parceiros. A busca de apoios junto aos empresários sofreu resistências sob o argumento de que a “população pobre quer comida”. Isso era contestado pelos empreendedores sociais sob o argumento de que “o principal problema era a falta de oportunidades, e que o desafio era capacitar jovens para trabalharem com informática”.

A primeira Escola de Informática e Cidadania (EIC) foi inaugurada no Morro de Santa Marta em 1995, numa parceria entre a Jovem Link BBS, o Grupo ECO e o Centro Cultural Padre Veloso, com o apoio do Instituto C&A, o primeiro suporte institucional, que doou cinco computadores. As condições para a criação dessa escola eram favoráveis, na medida em que existia na comunidade uma organização social, e organizações locais se sentiram estimuladas pela iniciativa dos integrantes da Rede Jovem Link. A auto-sustentação se daria pela cobrança de uma mensalidade mínima de cada aluno, visando cobrir as despesas de pagamento dos instrutores e a manutenção da sala e do equipamento.

A repercussão da iniciativa abriu um grande espaço junto aos meios de comunicação, atraindo um crescente número de voluntários, empresas querendo doar computadores e uma parceria com a TV *Globo* que, por meio de vinhetas, estimulava doações. A articulação de atores efetivamente envolvidos no enfrentamento da exclusão tecnológica se viabiliza com a fundação em abril de 1995, no Rio de Janeiro, do Comitê para Democratização da Informática. Com o apoio da imprensa, de ONGs e fundações empresariais foi iniciada a implementação de EICs, possibilitando, assim, oportunidades às pessoas pertencentes às comunidades de baixa renda e/ou com necessidades especiais o acesso às técnicas e ao uso da informática associada ao aprimoramento dos seus conhecimentos a respeito dos seus direitos de cidadania, ensinando informática de maneira lúdica e criativa. Nesse momento, iniciou-se o que viria a se configurar como o paradigma de funcionamento do modelo de gestão, baseado na atuação de monitores treinados pelo próprio curso do CDI, com base em aulas de informática e orienta-

ção pedagógica. Assim, o CDI investe na capacidade das próprias comunidades e/ou organizações nelas constituídas de realizar os seus empreendimentos sócio-educacionais.

Atores indutores, estratégia e público beneficiário

As etapas que levaram à estruturação do CDI refletem a motivação e a convicção do seu idealizador, bem como a criação de fortes sinergias entre sociedade civil, setor empresarial e poder público. A premissa do CDI é promover, por meio de tecnologia da informação, programas educacionais e profissionalizantes nas comunidades mais carentes, incluindo-se entre seus objetivos o debate em torno de temas sobre cidadania. Os instrutores são moradores do local, e as escolas são administradas pela comunidade.

A rápida expansão do número de escolas reflete o alcance da proposta: iniciada com 13 EICs em 1995, atinge 25 em 1996 e 479 em maio de 2001, das quais 440 nacionais e 39 internacionais.

Ao aliar informática e educação, auto-sustentação e sistema autogerido, o CDI definiu um modelo que articula três fatores – atores sociais diferenciados, equipamentos e processo pedagógico. Caracteriza assim uma forma de atuação que estimula e depende muito do trabalho voluntário, mas que busca os meios de profissionalizar os multiplicadores de conhecimento na esfera comunitária e nas diversas possibilidades de atuação que se abriam.

O CDI se configura num modelo de empreendedorismo social e num agente indutor, configurando sua dinâmica de funcionamento como uma “franquia social”.

A importância de articulações foi fundamental para ampliar a atuação. Assim, o apoio da Ashoka³ e sua ligação com uma rede global de executivos, mentores e consultores bem como diversas organizações que ampliam acessos a conteúdos organizacionais e estabelecem vínculos entre empresas e empreendedores sociais, permitiu institucionalizar o CDI, ampliar suas fronteiras e

³ A Ashoka fornece assistência técnica e financeira para mais de 1.000 empreendedores sociais em 34 países, que estão usando técnicas e experiência de negócios “para ajudar as pessoas a se ajudarem” (*Time*, 21/02/2000).

definir articulações estratégicas, assim como reforçar a sua credibilidade e legitimidade.

Nos anos 90 a expansão do conceito de Terceiro Setor reflete a multiplicação dos paradigmas de gestão do social, configurando a dinâmica de expansão do setor não-governamental na sua diversidade – setor de caridade e filantrópico, setor voluntário, setor de organizações não-governamentais, setor sem fins lucrativos e economia social. Mas é preciso levar em conta que as fronteiras conceituais do Terceiro Setor são ambíguas e controversas, na medida em que segundo Salamon tem como desafios “a legitimidade, a eficiência, a sustentabilidade e a colaboração entre atores”. Vale registrar que um dos grandes desafios do Terceiro Setor é quanto aos limites de sua atuação, quanto à articulação com os setores público e privado e como pode estar permanentemente orientado para a criação de relações sociais solidárias, sem incorrer no risco de ser reduzido a uma instância de terceirização do Estado, nem norteado pela lógica de um mercado de segunda classe.

Nesse sentido, as ONGs se diferenciam de outros atores porque não são empresas lucrativas, na medida em que seu trabalho é político, social e cultural, não são entidades representativas de seus associados ou de interesses corporativos ou de quaisquer segmentos da população, não são entidades assistencialistas de perfil tradicional e servem à comunidade realizando trabalhos de promoção à cidadania e defesa dos direitos coletivos, lutando contra a exclusão, contribuindo para o fortalecimento dos movimentos sociais e para a formação de suas lideranças visando à constituição e ao pleno exercício de novos direitos sociais, incentivando e subsidiando a participação popular na formulação e implementação de políticas públicas.

A inclusão das ONGs no universo do Terceiro Setor, após a aprovação da Lei n.º 9.790, de 23 de março de 1999, pelo Congresso Nacional, que ficou conhecida como Lei do Terceiro Setor, coloca novos desafios para as ONGs à sua identidade. Como foi definido um marco legal para as ONGs, genericamente mencionadas como “o terceiro setor”, após ampla discussão pela sociedade civil e setores de governo, representando o que os mem-

bro da ABONG⁴ denominam de identidade “outorgada” ou atribuída pelo Estado, mas que significa um avanço na medida em que as ONGs e outras entidades poderão vir a se qualificar como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público que até então se encontravam diluídas num amplo e indiferenciado universo de entidades civis ditas sem fins lucrativos, muitas das quais não poderiam a rigor ser definidas como sem fins lucrativos. Esta lei representa, apesar de ter gerado bastante polêmica, um avanço na medida em que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações da sociedade civil de caráter público, e que para tanto precisam ter acesso a fundos públicos, sem os quais não poderão cumprir as suas legítimas funções sociais. O questionamento está centrado principalmente no fato de que a negativa às organizações da sociedade civil do acesso a fundos públicos, num contexto de tradição filantrópica limitada e cidadania frágil, deixam para as ONGs grandes constrangimentos como forma de sua sobrevivência institucional. Assim, as ONGs brasileiras estão se confrontando com uma situação bastante complexa, na medida em que pode ter conseqüências em relação à sua missão institucional enquanto organizações autônomas da sociedade civil. Muitas ONGs poderão aceitar sem maiores traumas um papel coadjuvante e complementar em relação ao Estado, assumindo a provisão de serviços e bens públicos, e inclusive abdicando de um papel mais autônomo em relação às políticas públicas, mas outras, notadamente aquelas que sempre tiveram um forte ativismo, têm criticado a criação da Organizações Sociais pelo fato de estimularem a terceirização de serviços públicos, buscando formas de parceria com o Estado que não afetem a sua autonomia institucional.

Ainda nos anos 90 começa a assumir cada vez mais visibilidade a questão da responsabilidade pública da empresa. Este processo, já bastante desenvolvido nos países do Norte, decorre da organização da sociedade civil e da articulação das organizações de consumidores, defensores dos direitos humanos, sindicatos, partidos políticos, associações que têm pressionado as em-

⁴ Associação Brasileira de ONGs.

presas para que estas devolvam à comunidade parte dos lucros que obtiveram. Isto representa uma mudança de comportamento e o estímulo ao reforço de uma postura ética. A responsabilidade social empresarial⁵ tem assumido mais visibilidade no país, sendo um fator que une a lógica da empresa a uma função pública maior, estabelecendo práticas que investem na comunidade em toda sua amplitude, e que atuam e levam a sério suas relações com a comunidade, com o meio ambiente e com seu próprio corpo de funcionários, ganhando divulgação, reforçando sua imagem e portanto sua credibilidade, como componente de uma estratégia financeira e de sobrevivência empresarial.

Com o fortalecimento do Terceiro Setor, notadamente no tangente à legislação, ao acesso a recursos financeiros, ao maior engajamento de voluntários nas atividades, colocam-se desafios organizacionais maiores para as instituições da sociedade civil e para a gestão partilhada com o Estado de programas e políticas públicas que demandam eficácia para o atendimento à população.

As parcerias também exerceram um papel determinante, permitindo a aquisição de sede própria no início de 2000 e a multiplicação de suas atividades. Em virtude da crescente demanda decorrente da visibilidade e exposição do CDI na mídia, existe uma necessidade permanente de captar recursos para garantir auto-sustentabilidade.

As pessoas que procuram o CDI para criar núcleos regionais são em geral ligadas à área técnica, têm sensibilidade social e dispõem de tempo para dedicar-se a combater a exclusão tecnológica. Cada comitê regional assina uma Carta de Ética com o Escritório Nacional do CDI comprometendo-se a garantir os princípios norteadores que qualificam social e publicamente o modelo CDI.

⁵ O Instituto Ethos para a Cidadania agrega as empresas que desenvolvem práticas centradas na responsabilidade social.

O modelo CDI – enfrentando o *apartheid* digital

O CDI baseia suas atividades na oferta gratuita de assessoria técnica, capacitação de instrutores, acompanhamento e auxílio no desenvolvimento de metodologias e currículos específicos para as comunidades por meio da capacitação das coordenações locais. O modelo aberto de gestão de projetos sociais vem sendo implementado em diferentes grupos sociais além das comunidades carentes, tais como crianças em situação de rua, jovens com deficiência visual, comunidades indígenas, população carcerária, usuários do sistema psiquiátrico e portadores de deficiência física, o que possibilita ampliar muito o perfil de pessoas capacitadas. O CDI capta recursos financeiros para a realização de seu trabalho por meio de convênios com o poder público, empresas e organizações filantrópicas.

O modelo de escolas está baseado numa dinâmica de redes de apoio e, portanto, precisa necessariamente contar com um grupo ou pessoas que possam: 1) fazer contatos com organizações comunitárias e/ou organizações não-governamentais interessadas em montar escolas; 2) organizar campanhas para arrecadar equipamentos e recursos para viabilizar projetos e 3) dar suporte técnico, pedagógico e metodológico às EICs, incluindo a capacitação de futuros instrutores. A concretização desses princípios norteadores básicos garante a constituição de um CDI regional como incentivador e captador, contando, portanto, com recursos humanos para responder por uma área administrativa, uma área técnica e uma área pedagógica. Essa é a base da expansão quantitativa e qualitativa do modelo.

A criação de uma EIC se concretiza a partir de uma “cesta básica digital” composta por uma equipe capaz de garantir os recursos humanos, técnicos e financeiros necessários. Toda equipe deve ter integrantes que tenham vínculos com comunidades e/ou ONGs para viabilizar parcerias, técnicos em software e hardware para montar e instalar computadores, integrantes que possuam formação pedagógica e noções avançadas de informática para poder ensinar os futuros instrutores das EICs e um articulador de campanhas de arrecadação de equipamentos que tenha condições de contatar empresários, empresas e outras instituições.

pluralidade de princípios concorrentes e a intensificação correlativa da concorrência propriamente dita tiveram por contrapartida, nos diferentes campos nacionais, o reforço dos fatores de heteronomia ligados ao crescimento da dispersão dos “especialistas”, pouco favorável à discussão regulada entre pares, e correlativamente, o reforço da vulnerabilidade às pressões, às solicitações e às injunções externas que, como em todos os campos, é particularmente forte entre os mais desprovidos de capital específico.⁷

Em suma, se o sistema artificialmente unificado e hierarquizado dos anos 50 cedeu lugar a um sistema “policêntrico”, como diz Becker – e mais difícil de controlar, porque fragmentado e diversificado – nos EUA como na França, o funcionamento do campo ainda permanece mais próximo de um campo artístico em via de emancipação das tutelas acadêmicas (no qual os adversários podem ir até à recusa mútua do direito de existência), do que o de um

Sociological Association subiu de 2 364 em 1950, para 15 567 em 1978. Do mesmo modo, na França, esse número teria passado, no mesmo período, de 200 para 1 000, aproximadamente (a Associação dos Sociólogos, que adota uma definição muito ampla, recenseou 1 678, públicos ou privados). Para ser mais preciso, em 1949 o CNRS contabilizava apenas *dezoito* sociólogos; em 1967, havia 112 no CNRS, 135 na École Pratique des Hautes Études e 290 nos centros de pesquisa privados, ou seja, ao todo, mais de 500; em 1980, apenas como membros do CNRS, recenseavam-se 261 sociólogos.

- ⁷ As mudanças morfológicas resultantes da abolição do *numerus clausus* de fato ou de direito que protege um corpo, uma categoria, garantindo assim a *raridade* de seus membros, estão muitas vezes na origem direta das transformações dos campos de produção cultural; em todo o caso, elas são a mediação específica através da qual se exercem os efeitos de mudanças econômicas e sociais. Além disso, a forma e a intensidade de que se revestem e os efeitos que produzem dependem eles próprios do estado da estrutura do campo em que ocorrem. Isto explica por que é preciso rejeitar, como um exemplo típico de erro de curto-circuito, a explicação que coloca as mudanças ocorridas num campo especializado, como o da Sociologia, diretamente em relação com as mudanças globais, como a prosperidade que se seguiu à guerra (N. Wiley, “The Current Interregnum in American Sociology”, *Social Research*, vol. 52, 1, Spring 1985, p. 179-207, em particular, p. 183); ou ainda, as mudanças constatadas na Sociologia ou na história, tanto na França como na Alemanha, nos anos 70, com as transformações do humor político por volta de 68, transformações que estão elas próprias ligadas a mudanças morfológicas nos campos de produção especializados e a inovações intelectuais favorecidas ou autorizadas pelos efeitos dessas transformações.

campo científico avançado⁸. Isso é particularmente verdadeiro porque, pelo menos na França, continua a se impor aos especialistas das ciências sociais (principalmente através da demanda de “*maîtres à penser*”), o modelo literário do “criador” singular e original, livre de todo o vínculo de grupo ou de escola, e também as normas do chique e da renovação permanente na continuidade, normas que são aquelas do campo da alta-costura e da moda.

Em virtude da fraqueza dos mecanismos capazes de impor aos participantes um mínimo de reconhecimento mútuo ou, o que dá na mesma, a obediência a espécies de leis da guerra, a confrontação entre diferentes tradições assume muito frequentemente a forma de uma guerra total (Randall Colins fala de “*wars of metatheories*”), onde todos os golpes são permitidos, sejam eles de menosprezo, permitindo economizar na discussão e na refutação, sejam eles de força, fundados no recurso aos poderes sociais (como a supressão de créditos ou de vagas, a censura, a difamação, o apelo a poderes jornalísticos etc.).

Efeitos ambíguos da internacionalização

Quais são então os mecanismos que poderiam contribuir para fazer com que as relações de força científicas pudessem se estabelecer sem qualquer intrusão das relações de força sociais?

⁸ “Os sociólogos quantitativistas evocam com orgulho “sua revolução matemática” e seu alto nível de realização em matéria de técnicas estatísticas e englobam por vezes no mesmo desdém todos os outros especialistas, simples minoria não quantitativista tão irrisória quanto absurda. Os sociólogos marxistas, com a segurança que lhes confere o fato de não estarem mais votados ao esquecimento, rejeitam o “positivismo” como o reflexo de uma época histórica ultrapassada. Os sociólogos históricos (que também podem ser marxistas) pleiteiam a unicidade das configurações históricas e a necessidade de enraizar todo objeto no seu verdadeiro lugar, em seqüências históricas específicas. Os etnometodólogos rejeitam a Sociologia do “macrocosmo” como uma conversa fiada desprovida de toda justificação; uma espécie particular de estruturalismo fenomenológico, humanista e parisiense, e outras “posições” demonstram com grandes refinamentos filosóficos (e uma boa dose de desprezo por seus adversários filosoficamente iletrados) que só o seu método permite uma apreensão adequada do mundo social” (R. Collins, “Is 1980s Sociology in the Doldrums?”, *American Journal of Sociology*, vol. 91, 6, maio de 1986, p. 1336-1355, em particular p. 1341).

O que fazer para abolir ou enfraquecer a dualidade de princípios de hierarquização que, como se pôde mostrar para o caso francês, afeta os pesquisadores mais reconhecidos cientificamente no país, e sobretudo no estrangeiro, mas que estão afastados de posições de poder relacionadas à reprodução do corpo docente e de pesquisadores e, por isso mesmo, dos desdobramentos futuros do campo científico e de sua autonomia⁹? Quais são as forças e os mecanismos sociais sobre os quais poderiam apoiar-se as estratégias científicas, individuais e sobretudo coletivas, visando instaurar, de fato, entre os pesquisadores mais dotados, os meios mais universais do momento para a *confrontação universal*, que é a condição de avanço universal?

É, sem dúvida, de uma verdadeira internacionalização do campo das ciências sociais que se poderia esperar a contribuição mais eficaz para o progresso da autonomia científica. Com efeito, as pressões da demanda ou dos constrangimentos sociais se exercem sobretudo na escala da nação, através de todas as solicitações e de todas as incitações materiais e simbólicas que têm lugar no seio do espaço nacional: uma vez que grande parte dos poderes sociais (jornalísticos, universitários, políticos etc.) que confundem ou contaminam a luta científica só existem e subsistem em escala nacional (a oposição principal que se verifica em todos os campos acadêmico-científicos se estabelece entre os “nacionais”, detentores do poder sobre a reprodução, e os “internacionais”), a maior parte das oposições fictícias que dividem os pesquisadores se enraízam nas divisões locais ou nas formas locais de divisões mais gerais.

Isto posto, o campo das ciências sociais foi sempre internacional, mas sobretudo para o pior e raramente para o melhor. Primeiramente, porque mesmo nas ciências mais puras, que conhecem, por exemplo, uma concentração quase monopolística das instâncias de publicação e de consagração, o campo internacional pode ser o lugar de fenômenos de dominação, e talvez mesmo de formas específicas de imperialismo. Em segundo lugar, porque as trocas – e especialmente os empréstimos – se operam de preferência sobre

⁹ P. Bourdieu, *Homo academicus*, Paris, Ed. de Minuit, 1988.

a base de homologias estruturais entre as posições ocupadas nos diferentes campos nacionais, isto é, quase exclusivamente entre dominantes e dominados (com efeitos análogos, no interior desses dois espaços, de distorção e mal-entendidos). Tudo leva mesmo a pensar que os obstáculos sociais à *livre troca generalizada* foram sem dúvida reforçados sob o efeito de uma espécie de institucionalização de divisões com base política.

Nos anos 50, alguns dos sociólogos temporariamente dominantes podiam formar uma internacional invisível, fundada em afinidades forjadas mais a partir de uma razão social do que numa razão intelectual, que servia de base a uma ortodoxia; hoje, sob o efeito do contragolpe dos movimentos estudantis dos finais dos anos 60 e do traumatismo coletivo que infligiram, de Berkeley a Berlin, a toda uma geração de professores, as *conexões* até então informais se transformaram em redes organizadas em torno de fundações, revistas e associações, e o conservantismo de boa companhia dos guardiães da ortodoxia cedeu lugar a profissões de fé explícitas e a manifestos *ultras* de uma verdadeira internacional reacionária¹⁰.

O que é novo, o que existe também, mas em estado virtual e não organizado, é uma internacional de *outsiders* constituída por aqueles que têm em comum uma marginalidade em relação à corrente dominante, como os membros dos movimentos de minorias étnicas ou sexuais. Esses “marginais”, que são frequentemente calouros, introduzem no campo disposições subversivas e críticas – as quais, ainda que não sejam suficientemente criticadas em termos científicos, os inclinam a romper com as rotinas do *establishment* acadêmico; na sua luta contra a ortodoxia, ou contra o que a substituiu, aqui ou ali, eles sempre tomam suas armas emprestadas aos movimentos estrangeiros, contribuindo assim para a internacionalização do campo

¹⁰ Essas redes são a base de intercâmbios de serviços (convites, prestação de contas, subvenções) que fazem, por exemplo, com que o recurso a juízes internacionais, principalmente em ações de cooptação, nem sempre seja uma garantia de universalidade.

das ciências sociais¹¹; mas os interesses ligados à posição ocupada no campo de destino causam distorções na seleção e na percepção do empréstimo, seleção ela própria estruturada segundo categorias de percepção e de apreciação associadas a uma tradição nacional que, por isso mesmo, são muitas vezes completamente inadequadas (pelo fato de que as obras circulam independentemente do seu contexto, os trabalhos concebidos em relação a um espaço de tomadas de posição determinado são recebidos por referência a categorias de percepção construídas em relação a um outro espaço, estruturado por outros nomes próprios, outros conceitos escolares em ismos – ou então pelos mesmos, mas investidos de significações diferentes, etc.).

Segue-se que, longe de contribuir automaticamente para o progresso rumo a um grau de universalização superior, a evolução do campo internacional das ciências sociais na direção de uma maior unidade, através principalmente da internacionalização das lutas que nele têm lugar, pode apenas contribuir para a difusão, na escala do universo (isso para evitar o termo particularmente vicioso de “mundialização”), de pares opostos fictícios, profundamente funestos ao progresso da ciência: entre métodos quantitativos e métodos qualitativos; entre o macro e o micro; entre as abordagens estruturais e as abordagens históricas; entre as visões hermenêuticas ou internalistas – o “texto” – e as visões externalistas – o “contexto”; entre a visão objetivista, muitas vezes associada ao uso da estatística, e a visão subjetivista, interacionista ou etnometodológica; ou, mais precisamente, entre um estruturalismo objetivista, comprometido em identificar as estruturas objetivas através de técnicas quantitativas mais ou menos sofisticadas (*path analysis*, *network analysis*, etc.) e todas as formas de construtivismo que, de Blumer a Garfinkel, passando por Goffman, tentaram recuperar, pelos métodos ditos qualitativos, a representação que os agentes fazem do mundo social e a

¹¹ De um modo geral, as importações fornecem as melhores armas nos conflitos internos dos campos nacionais, particularmente quando se trata de *desacreditar* uma posição estabelecida ou creditar uma nova posição e acelerar o processo sempre difícil de acumulação inicial, isto é, de subverter a hierarquia social em vigor e impor novas leis de formação de preços (sabe-se, por exemplo, o uso que os “cosmopolitas” reais ou supostos podem fazer, nas polêmicas, da idéia do “atraso” nacional).

contribuição que eles trazem à sua construção; isso sem falar da oposição, que assume uma forma especialmente dramática nos Estados Unidos, entre uma “empíria” freqüentemente microfrênica e destituída de interrogações teóricas fundamentais, e uma “teoria” concebida como uma especialidade à parte e reduzida muitas vezes a um comentário compilatório de autores canônicos ou a *trends reports* escolares de trabalhos mal lidos e mal digeridos.

Se as instâncias internacionais fossem realmente o instrumento de racionalização científica que poderiam e deveriam ser, elas deveriam favorecer a condução de uma pesquisa internacional (pelo menos quanto ao objeto) sobre os determinantes sociais (sexo, idade, origem social, trajetória escolar, estatuto universitário, competência técnica específica etc.) das “escolhas” entre os dois termos das diferentes oposições “teóricas” e “metodológicas” que levam os pesquisadores a traçar divisões completamente fictícias de um ponto de vista científico. Tal pesquisa mostraria, sem nenhuma dúvida (e não corro nenhum risco formulando esta hipótese aparentemente arriscada), que grande parte dessas oposições têm como fundamento apenas as divisões sociais no seio do campo das ciências sociais, as quais exprimem, sob uma forma mais ou menos refratada, as oposições externas. Mas, tenho consciência de também não correr um risco muito grande predizendo que tenho muito pouca chance de ser escutado pelos responsáveis dessas instâncias: por que eles se inquietariam em atribuir funções reais a instâncias que lhes parecem suficientemente justificadas pelo fato de justificá-las por existir? Pode-se, porém, razoavelmente esperar que um jovem pesquisador encolerizado se apodere um dia do projeto, fazendo descer das nuvens e trazendo-as para a lógica das paixões e dos interesses associados às diferentes posições no campo, as tomadas de posição ditas “teóricas” ou “epistemológicas” sobre as grandes alternativas do momento, nas quais os pesquisadores projetam, sob uma forma direta ou indireta – como os homens no seu Deus, segundo Feuerbach – as carências ligadas a sua finitude científica.

Todavia, o que torna difícil (e realmente arriscada) a crítica desses pares sociais maquilados em pares epistemológicos é o fato de que, considerados do ponto de vista do princípio de diferencia-

ção social, os dois termos (macro/micro por exemplo) raramente estão no mesmo plano, um deles se situando sempre mais próximo da causa dos dominados (socialmente e também, muitas vezes, cientificamente) no campo (através principalmente das características sociais de seus defensores), e também – o que é bastante mais difícil de ser julgado – fora do campo. Desse modo, a opção propriamente científica de recusar, em seu princípio mesmo, a alternativa que os opõe, pode parecer inspirada numa espécie de indiferentismo conservador. Assim, nada é mais contrário ao progresso de uma ciência social autônoma do que a tentação do populismo: aqueles que crêem “servir a causa” dos dominados – hoje, preferencialmente nos EUA, a causa das minorias sexuais ou étnicas; ou na França, nos anos 70, a “causa do povo” – abdicando das exigências científicas, por vezes em nome da sua característica elitista ou, mais ingenuamente, do seu vínculo com os engajamentos conservadores, não servem verdadeiramente às causas que eles crêem defender, as quais estão relacionadas, pelo menos em parte – a única que cabe a um pesquisador – à *causa da ciência*.

A redução ao “político”, acarretada pela ignorância da lógica específica dos campos científicos, implica numa renúncia, para não dizer numa desistência: reduzir o pesquisador ao papel de um simples militante, sem outros fins ou meios que os de um político comum, é anulá-lo na sua qualidade de cientista capaz de colocar as insubstituíveis armas da ciência ao serviço dos objetivos perseguidos; capaz sobretudo de fornecer os meios de compreender, entre outras coisas, os limites que os determinantes sociais das disposições militantes impõem à crítica e à ação militantes (muitas vezes reduzidas a simples inversões das tomadas de posição dominantes e, desse modo, muito facilmente reversíveis – como o atestam tantas trajetórias biográficas)¹².

¹² Chama a atenção que Foucault, que ao menos nos Estados Unidos tornou-se o santo padroeiro ritualmente invocado (mais do que um *maitre à penser*) de todos os movimentos subversivos, seja submetido a uma tal redução por parte de pregadores da restauração (cf. James Miller, *The Passion of Michel Foucault*, New York, Simon and Scuster, 1993, e a crítica que lhe faz Didier Eribon, *Michel Foucault et ses contemporains*, Paris, Fayard, 1994, p. 22-30). Mas, ao reduzir todo o pensamento de Foucault à sua homossexualidade, eles apenas invertem a posição daqueles que resolveram canonizá-lo só porque ele era homossexual (cf. David Halperin, *Saint Foucault, Two Essays in Gay Hagiography*, Oxford, Oxford University Press, 1995).

Mas, sobretudo, não é preciso esconder que as disposições reticentes ou rebeldes, ou mesmo revolucionárias, que certos pesquisadores importam para o campo, das quais se poderia crer que acarretam inevitavelmente rupturas críticas com a *doxa* e a ortodoxia, podem também favorecer a submissão a injunções ou a pressões externas, cujas palavras de ordem de instâncias políticas são apenas as mais visíveis. Elas só podem engendrar as verdadeiras rupturas de uma *revolução específica* quando se associam ao domínio das aquisições históricas do campo (num campo científico muito avançado, os revolucionários são necessariamente os capitalistas específicos): a consciência e o conhecimento das possibilidades e impossibilidades inscritas no espaço dos possíveis fazem com que este espaço aja ao mesmo tempo como sistema de constrangimentos e de censuras – obrigando a sublimar a pulsão subversiva em ruptura científica – e como matriz de todas as soluções susceptíveis de serem consideradas como científicas num dado momento do tempo, e apenas elas.

Por uma “realpolitik” científica

Assim, o questionamento das ortodoxias e de todos os princípios de visão e de divisão centrais tem o indiscutível mérito de destruir o consenso fictício que aniquila a discussão, mas pode conduzir a uma divisão em campos antagônicos, fechados na convicção metateórica da superioridade absoluta de cada uma das visões, e ninguém deve resignar-se a isso. É preciso, pois, trabalhar na construção de instâncias capazes de contrariar as tendências à fissão anômica inscritas na pluralidade de modos de pensar, favorecendo uma confrontação de pontos de vista estabelecida sob o ponto de vista da reflexividade. Um ponto de vista encarado como tal, isto é, como uma visão a partir de um ponto, de uma posição num campo, é capaz de superar sua particularidade; isso, principalmente, ao entrar numa confrontação com diversas visões, confrontação fundada na consciência dos determinantes sociais dessas diferenças.

Todavia, mais do que uma predicação epistemológica, mesmo armada de uma Sociologia reflexiva dos campos de produ-

ção, é de uma transformação da organização social da produção e da circulação científicas e, em particular, das formas de troca nas quais e pelas quais se realiza o controle lógico, que se pode esperar um progresso real da razão científica nas ciências sociais. É aqui que pode intervir uma *Realpolitik* da razão, armada do conhecimento racional dos mecanismos sociais que operam no campo das ciências sociais, tanto em escala nacional como em escala internacional.

Semelhante política pode notadamente atribuir-se o objetivo de reforçar todos os mecanismos que contribuem para unificar o campo científico mundial, favorecendo a circulação científica; contrapondo-se ao reino dos imperialismos teóricos ou metodológicos (ou, simplesmente, lingüísticos); e combatendo, mediante o recurso sistemático ao método comparativo (e em particular mediante uma história comparada de histórias nacionais das disciplinas), a influência das tradições nacionais ou nacionalistas, retraduzidas, muitas das vezes, nas divisões em especialidades e em tradições teóricas ou metodológicas, ou nas problemáticas impostas pelas particularidades ou particularismos de um mundo social necessariamente provinciano.

Mesmo que seja Habermas a dizê-lo, certamente não há universais trans-históricos da comunicação; porém, existem sem dúvida formas socialmente instituídas de comunicação que favorecem a produção do universal. A lógica está inscrita numa relação social de discussão regulada, fundada sobre um argumento e uma dialética. Os lugares (*topoi*) são uma manifestação visível da comunidade de problemática como acordo sobre os espaços de desacordo, o qual é indispensável para a discussão (em vez de se empreender monólogos paralelos). É um tal espaço de jogo que se impõe constituir, não sobre a base de prescrições ou de proscritções morais, mas criando-se condições sociais para uma confrontação racional, visando instaurar em escala internacional não o *working consensus* de uma ortodoxia sustentada na cumplicidade dos interesses de poder, mas sim uma axiomática racional comum ou, ao menos, um *working dissensus* fundado no reconhecimento crítico de compatibilidades e incompatibilidades cientificamente (e não socialmente) estabelecidas. Este espaço de jogo é

o lugar de liberdade que a ciência social pode se dar, aplicando-se, resolutamente, a conhecer as determinações sociais que pesam sobre seu funcionamento e esforçando-se para instituir os procedimentos técnicos e os processos sociais que permitem agir eficazmente, isto é, coletivamente, no sentido de controlá-las.